



Política habitacional dos novos (velhos) tempos

Em artigo publicado no site Carta Maior, a urbanista e professora da FAU-USP Raquel Rolnik fala sobre a política habitacional excludente neste período de novo ciclo econômico, mostrando também que urbanização excludente que historicamente a urbanização acelerada que pretendia integrar as classes sociais, tornou-se um modelo de gerou grandes contingentes de pobres, sem integrá-los à cidade.

Segundo Raquel, no final dos anos 1970, consolidaram-se as bases de um movimento pela Reforma Urbana, coalizão integrada por moradores de assentamentos informais, periferias e favelas das cidades, mas também por setores das classes médias urbanas que naquele momento também reconstruíam suas organizações sindicais. Dessa época datam as primeiras experiências municipais relevantes de inserção e reconhecimento das favelas no âmbito do planejamento urbano e da legislação urbanística nas cidades brasileiras, inovadoras não pelo investimento econômico, mas pela criação e identificação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), reconhecendo sua existência e estabelecendo compromissos na direção de sua regularização e incorporação definitiva à cidade.

A introdução de ZEIS nos zoneamentos das cidades, as políticas de regularização e urbanização de favelas, e a promulgação de legislações específicas contendo instrumentos de regularização e de reconhecimento dos direitos de posse de moradores de assentamentos informais se generalizaram no país, principalmente a partir de



Imagem: Carta Maior

sua incorporação no Estatuto da Cidade, em 2001. Embora, aparentemente, isso pudesse significar que a partir daí as cidades brasileiras caminhariam nessa direção, a luta cotidiana dos assentamentos informais e ocupações no país para resistir às remoções forçadas e se integrar definitivamente à cidade é bem mais complexa e contraditória.

Recentemente, a política de remoções adotada pelos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro, justificada através de melhorias para a Copa e as Olimpíadas, vem reacendendo a discussão sobre o processo de urbanização e modernização da cidade. As conhecidas Zonas Especiais de Interesse Social acabaram sendo deixadas de lado para dar lugar a modernas obras de “interesse social”, como construção de novas linhas de trens ou de grandes empreendimentos mobiliários. Os moradores – que até então – pareciam participar da inclusão urbana foram removidos de suas casas para lugares distantes, ou indenizados com valores abaixo do valor de seus imóveis.

Novamente segundo a urbanis-

ta, a política habitacional atual é concebida como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, sem qualquer articulação com uma política de ordenamento territorial e fundiária que lhe dê suporte, especialmente no que se refere à disponibilização de terra urbanizada para produção de moradia popular.

Entretanto, grandes projetos em curso abrem frentes de expansão imobiliária e atração de investimentos, flexibilizando e excepcionalizando normas e leis. Os megaeventos marcam, simbolicamente e concretamente, a entrada das cidades do país no circuito dos territórios globais.

Grandes projetos em curso abrem frentes de expansão imobiliária e atração de investimentos, flexibilizando e excepcionalizando normas e leis.